



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº05/2014

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE. ---

-----Aos cinco dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma hora reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocência Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a dezoito de Novembro de dois mil e catorze, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

----Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

----Ponto três – Classificação de prédios devolutos – Conhecimento da deliberação da Câmara Municipal; -----

----Ponto quatro – Revogação de alvará de autorização de utilização nº52/2009, averbada em nome de Caçador Pecuária, Lda, atualmente em nome de Agropecuária Valinho, S.A. – Conhecimento da deliberação da Câmara Municipal; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Ponto cinco – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente aos acordos de execução de competências - alterações; -----

-----Ponto seis – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à revogação de norma regulamentar por Inconstitucionalidade do artº 41º do RMUE; -----

Ponto sete – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao Mapa de Pessoal para 2015; -----

-----Ponto oito – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre pedido de ratificação da deliberação que consta do ponto nº2 da Ata da Assembleia Geral da Resitejo, que fixa o critério a aplicar no âmbito do determinado na alínea b) do número 1 do artigo 54º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro; -----

-----Ponto nove – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de abono de despesas de representação a Dirigente Intermédio de 2º Grau; -----

-----Ponto dez – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente à 1ª revisão Orçamental de 2014, nos termos do Ponto 8.3.1. do POCAL; -----

-----Ponto onze – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente aos documentos previsionais de gestão para 2015. - Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

-Rui Monteiro Picciochi; -----

-João Manuel Alves Gralha; -----

-Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

-José Maria Chambel Esteves; -----

-José Pereira de Sousa; -----

-César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Inocência Rodrigues Cruz; -----
- Manuel Maria Pequito Cardoso; -----
- Vitorino Gomes Monteiro; -----
- João Fernando Mexia Machado; -----
- Manuel Maria Ferreira Honório; -----
- José Miguel Baptista Homem; -----
- Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----
- Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----
- Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----
- Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----
- João Filipe Ricardo; -----
- Paula Alexandra Vieira Duarte; -----
- Manuel de Oliveira. -----

-----Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalheite Honório, Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à apreciação a ata número quatro, da reunião de vinte e seis de Setembro de dois mil e catorze, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Para se pronunciar sobre a ata inscreveram-se os Senhores Deputados:

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Fez uma chamada de atenção sobre a deliberação da página seis de ter sido

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aprovado por maioria com dois votos a favor da CDU.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** –

“Mencionou que na página seis não consta os nomes dos Senhores Deputados na deliberação. Solicitou que a ata fosse entregue com mais antecedência e deu os parabéns pelo fato do orçamento ter sido entregue com antecedência.” -----

- O Senhor **Deputado Inocêncio Cruz** explicou o sucedido ao Senhor Deputado Eduardo e mencionou que a ata já está alterada, mas na altura em que a ata foi enviada aos Senhores Deputados estava em falta, pois na altura não foi possível ao secretariado registar as votações.” -----

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida à votação o projeto de ata número quatro, da reunião realizada a vinte e seis de Setembro de dois mil e catorze, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e João Gralha, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, Vitorino Monteiro, José Sousa, César Barros, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS. -----

----- **EXPEDIENTE** -----(Vide anexo 1)-----

Do expediente recebido o Senhor Presidente da Assembleia expôs o seguinte: -----

“Como sabem na última sessão foi levantado o problema da contribuição do Município de Vila Nova da Barquinha, do FAM (Fundo de Apoio Municipal) – (**Anexo 2**) - e daí passo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder à explicação.” -----

= **Senhor Presidente da Câmara** – “Boa noite, na última sessão da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia tinha afirmado uma previsão de aproximadamente, trezentos mil euros em termos de FAM. Notificados pela Direcção Geral das Autarquias Locais, em tempo, verificamos que ao nosso Município é atribuído duzentos e oitenta e três mil duzentos e sessenta e dois euros e noventa e cêntimos, o que significa que entre os anos dois mil e quinze e dois mil e vinte inclusivé, está prevista uma despesa de ativos financeiros anual de quarenta mil, quatrocentos e sessenta e seis euros e no orçamento de dois mil e vinte e um, uma despesa previsível de quarenta mil quatrocentos e sessenta e seis euros e noventa e um cêntimos. Esta é a comunicação recebida da Direcção das Autarquias Locais, o que acarreta um encargo significativo para este Município.” ---

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do seguinte expediente: -----

- Convite da Câmara Municipal e do Centro Social do Pessoal do Município de Vila Nova da Barquinha para o almoço de Natal, a realizar no dia dezanove de Dezembro na Escola D. Maria II. -----
- Convite para tomar café nas instalações novas do Bar do Centro Social do Pessoal do Município de Vila Nova da Barquinha, oferecido pelo referido centro, e o habitual Bolo Rei oferecido pela Assembleia Municipal. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal: -----

O Senhor **Deputado Municipal João Filipe Ricardo** - Leu uma intervenção cujo tema é “Para salvar o presente e salvaguardar o futuro, é urgente demitir este governo.” – **(vide anexo 3)** -----

= Intervenção do Senhor Deputado Municipal Eduardo de Oliveira – “Na sequência do pedido do Senhor Presidente da Assembleia apenas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

uma pergunta. O projeto Médio Tejo vinte e um foi concluído no concelho?” -----

Foi apresentada uma Moção pelos eleitos da CDU, lida pela Senhora Deputada Paula Duarte – (vide anexo 4) -----

Posta à votação a sua admissibilidade esta foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados foi posta à votação a Moção do qual foi aprovada por maioria com 3 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz e Nuno Gomes do PPD/PSD e 16 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo, Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e Deputados Inocêncio Cruz, José Chambel, Miguel Homem, Benjamim Reis, Manuel Honório, João Gralha, João Machado, Paulo Constantino, José Pereira Sousa, César Cardigos, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro e Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de esclarecer o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----

“O Projeto Médio Tejo vinte e um é um projeto que engloba todas os Municípios do Médio Tejo e os Municípios da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, nomeadamente Oleiros, a minha terra natal, Proença-a-Nova e engloba ainda empresas privadas como a EDP, Schreider Iluminação S.A., Tejo Energia, etc. É um projeto que tem a ver com sustentabilidade e inovação, em que todos os Municípios são sócios, cuja direção é composta pelo Dr. Vasco Estrela, Presidente da Câmara Municipal de Mação e que no fundo tem vários projetos, como iluminação pública mais eficiente, projetos de edificação de piscinas municipais mais eficientes e pequenas indústrias mais eficientes. Para além dos Municípios também temos empresas privadas neste consórcio,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente a EDP, a Schreider. É um projeto para continuar, para obter fundos comunitários no âmbito da eficiência energética, certificação, etc, e do quadro comunitário catorze vinte, porque vai haver dinheiro para as energias e para a inovação.” -----

-----///-----

--- ATENDIMENTO AO PÚBLICO -----

Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não havendo intervenções passou à Ordem de Trabalhos. -----

-----///-----

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º2, do art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro. -----

Foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar a informação da atividade municipal ao abrigo da alínea c), do número dois, do artigo vinte e cinco, da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze. – **(vide anexo 5)** -----

Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitarem os seguintes esclarecimentos: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes. -----

= Concurso Chefes de Divisão – “Boa noite a todos. Aproveito para endossar a todos os presentes, membros da Assembleia Municipal e respetivas famílias, votos de boas festas. Gostava de saber porque é que o concurso de Chefe de Divisão do Desenvolvimento Social foi anulado.”

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----

= Colocação de gás - “A minha questão é sobre o gás, já no mandato anterior a questioneei. Qual a razão da colocação do gás saltar de rua

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para rua e nunca mais chegar a minha rua, até pensei que pelo fato do Presidente da Câmara morava na minha rua que chegasse lá. -----

= **Concurso de Chefes de Divisão** – “Gostava de saber qual a razão da anulação do concurso. -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.** -----

= **Processo Judicial número um** - “Há cerca de um ano o Senhor Presidente disse que o processo estava findo e de vez em quando voltamos ao processo um, agora falta isto, aquilo, esqueceu-se de algo e mais uma vez não vem completo nomeadamente em relação às últimas informações. Gostava de saber a posição da Câmara relativa a este processo.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado César Cardigos.** -----

= **Etar da Praia do Ribatejo** - “Senhor Presidente, Senhores Deputados, digníssima Câmara, muito boa noite. Desejo primeiro que todos tenham umas boas festas. Em relação à informação escrita, há que realçar o andamento da obra da Etar da Praia do Ribatejo , é bonito ver que as coisas estão a funcionar ao ver-se o andamento da referida obra. -----

= **Turismo Militar** – O Turismo Militar é uma vertente nova do Plano Estratégico Nacional de Turismo e é de realçar que a Barquinha através da Câmara se inseriu dentro deste projeto. Eu conheço bem o assunto porque o meu filho fez o estágio há dois anos e é admirável ver que a Barquinha está à frente neste plano. -----

= **Concurso de Chefes de Divisão** – “Foi uma opção tomada, no sentido de precaver alguma coisa. Certamente o Senhor Presidente estará em boas condições de explicar a todos nós o porquê.” -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte.** -----

“Desejo boas festas para todos, há pouco não o fiz e foi uma indelicadeza é uma época de paz, saúde para todos. -----

= **Informação escrita** - Relativamente à informação escrita do Senhor

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente é de louvar o esforço na sua leitura, é de louvar também o fato de estar tão pormenorizada e de ter tanta informação para toda esta mesa. -----

= **Águas do Centro** – Fala-se que no dia 19 de Novembro as Águas do Centro venceu o prémio da qualidade exemplar da água do consumo humano. Por falar nas Águas do Centro que é a empresa fornecedora da água consumida no nosso município e tendo em conta que é do conhecimento público que as mesmas vão ser aglutinadas num processo de junção de várias empresas gostaria de saber se o Município já foi contactado, até para saber até que ponto o serviço fica garantido, em que condições, como se chamará a nova empresa, se tratará das águas em alta, se também vai tratar das águas em baixa, o que é que se passará. -----

= **Despedimento de uma trabalhadora** – Embora a informação escrita tenha sido louvada por ser extensa, na informação não sei se se aqui não será extensa de mais. Se não seria uma questão de sigilo profissional e se não seria dispensável constar na informação escrita.” --

Os Senhores Deputados tiveram como resposta do Senhor Presidente da Câmara: -----

= **Anulação do Concurso** – “Foi essencialmente com uma gestão de critérios de racionalidade económica. Como o Senhor Deputado sabe aumentamos a despesa com um encargo imprevisível de doze mil euros em saúde, na aquisição de uma carrinha de nove lugares para garantir o transporte dos doentes da Praia do Ribatejo para Vila Nova da Barquinha, durante o verão. Também a aquisição de um outro veículo para o transporte de médicos e enfermeiros para os cuidados médicos que têm de ser prestados às populações, através de um Leasing. Por outro lado, tivemos uma decisão surpresa com a despesa anual do FAM. Tivemos também o encargo de doze mil euros de aumento de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

salário mínimo nacional. Acresceria ao custo o de um Chefe de Divisão que o Município ia ter com a pessoa que vinha do exterior. Feitas as contas importava um aumento anual de cinquenta e um mil quatrocentos e trinta e seis euros. Entendi por bem, até prova em contrário, anular o respectivo concurso e é uma competência que me cabe dentro dos meus poderes como Presidente da Câmara. -----

= **Colocação de gás nas ruas da Atalaia** – “As empresas querem retalhar todo o alcatrão, ou seja, não querem fazer linhas contínuas, querem passar de um lado para o outro. A Câmara por razões técnicas só permite que sejam feitos dois ramais autónomos, derivado à manutenção e conservação do respectivo piso.” -----

= **Processo Judicial um** – “Vou reportar-me a data de dezassete de Julho de dois mil e treze, foi recebida a notificação do Tribunal Judicial do Entroncamento para que a Autarquia procedesse a atualização da indemnização nos termos do artigo setenta e um do Código da Expropriações. A Autarquia enviou o processo ao Tribunal e este nunca mais calculou a indemnização. Não se admirem pois estou à oito anos há espera de decisões de processos da Câmara e provavelmente irei embora daqui e ainda não há solução do processo número um.” -----

= **Águas do Centro** – “ Não tenho conhecimento da informação solicitada pela Deputada Paula Duarte .” -----

= **Despedimento de funcionária** – “Tive o cuidado de dentro da reserva privada de cada um de não dizer quais foram os motivos. Não coloquei o nome da Senhora, disse que houve um processo de despedimento o que é perfeitamente público e notório.” -----

Dada novamente a palavra aos Senhores Deputados expuseram o seguinte: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----
“A rua em cima, na Encosta da Capela já tem gás, a rua que vem para a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Barquinha também já tem gás, portanto já há ligação nas duas pontas da rua, ou fui eu que percebi mal?” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes. -----

“Só uma pequena questão, em relação à justificação que o Senhor Presidente deu, gostaria de saber se essas justificações todas dadas na sessão da Assembleia Municipal anterior onde disse que estava na sua mesa para dar conhecimento aos interessados, se não estaria já decidido. Todos esses prosupostos já existiam nessa altura?” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

= Colocação de gás nas ruas da Atalaia – “São duas paralelas aos passeios que eles não querem fazer, querem abrir uma única via ao meio e depois fazer os ramais e a Câmara não autoriza.” -----

= Concurso Chefes de Divisão – “Não é verdade, desculpe mas não é verdade, porque acabei de dizer nesta reunião os valores concretos do FAM, ao contrário do que disse na última sessão, que foi mera presunção.”-----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----

“Saliento só para esclarecer, que nessa altura o Senhor Presidente da Câmara até indicou que o valor iria ser superior.” -----

Ponto três – Classificação de prédios devolutos – Conhecimento da deliberação da Câmara Municipal. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expôr o assunto em epígrafe. -----

“Havia municípes que não concordaram, houve respostas fundamentadas, outros informaram que os prédios foram demolidos. No fundo concluiu-se o processo administrativo de classificação ou da classificação jurídica do prédio, que é o que estamos a fazer em termos legais. Feita a respetiva classificação, foram considerados devolutos os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

constantes no anexo um. Foram considerados degradados os mencionados no anexo dois. A respectiva fundamentação para os atos administrativos praticados pela Câmara Municipal constam no respetivo anexo três.” -----

Os Senhores Deputados interviram para expôr o seguinte: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado César Cardigos** – “Só para esclarecer que a freguesia é Vila Nova da Barquinha e não freguesia de Vila Nova da Barquinha / Moita do Norte.”-----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Relativamente a este processo, só quero referir que como foi a nossa opinião na última sessão em relação aos prédios devolutos, a maioria dos proprietários obviamente que alegam que não têm recursos para recuperar os mesmos. Acho que isso era mais do que óbvio, pois estão a ser penalizados triplamente em relação a outras condições.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Na página dezasseis, «prédios urbanos inscritos na matriz sobre o artigo quinhentos e mil seiscentos e trinta e cinco». O artigo quinhentos aparece na lista mas onde é que está o mil seiscentos e trinta e cinco, na freguesia da Atalaia?” -----

Teve como resposta do **Senhor Presidente da Câmara** que não se encontra na listagem dos devolutos porque está em ruínas, logo está nos degradados. -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Se a situação é igual porque é que o artigo quinhentos está na lista dos devolutos? É que se a situação é igual para os dois há um que não aparece.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara** respondeu que não está nos devolutos é porque está nos degradados e que regista a falta na listagem da referida matriz. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto quatro – Revogação de Alvará de autorização de utilização nº52/2009, averbada em nome de caçador Pecuária, Lda, atualmente em nome de Agropecuária Valinho, S.A. – Conhecimento da deliberação da Câmara Municipal. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expôr o assunto em epígrafe. -----

“É um processo que já tinha sido abordado nesta Assembleia. É um processo público nomeadamente e referido nos órgãos de comunicação social. Ontem recebi uma petição sobre este tema. Tal assunto deve preocupar os representantes do Município de Vila Nova da Barquinha. Na sequência dessa preocupação houve um estudo prévio sobre esta temática. Chegamos à conclusão que a licença ambiental caducou em Janeiro de dois mil e catorze. Que havia alguns compromissos quanto à licença de utilização que não se concretizaram, nomeadamente revestir com sebe arborea as lagoas. A fiscalização e a SEPNA chegaram à conclusão que o arejamento das lagoas e a circulação de água não se realizava. A colocação de produtos contra os maus cheiros também não se verificou. Deste modo, não nos restava outra alternativa que era agir dentro dos poderes ambientais que a Lei nos permite e tomar a seguinte decisão: não cumprindo a pecuária os respetivos requisitos legais, propor a suspensão da licença de utilização. Sem prejuízo, do período de audiência prévia que a Lei impõe. Foi notificado o promotor e foi dado conhecimento de todas estas diligências à Inspeção Geral do Ambiente e às entidades responsáveis pela emissão das licenças da suinicultura.” -----

Dada a palavra aos Senhores Deputados inscreveram para se pronunciar os Senhores: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Quero

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dizer que gostei de ler este documento por várias razões, a primeira porque há anos e anos que debatemos nesta Assembleia esta questão. A resposta dos executivos é que sempre têm passado pela Câmara é de que a esta não tinha interferência neste processo, do qual podemos consultar as atas. Na reunião anterior, um membro da nossa bancada, o Deputado Nuno Gomes, levantou mais uma vez esta questão e gostei da resposta do Senhor Presidente que ia ver o que se passava. Agora, fico um pouco admirado ao ler este documento porque as contradições que aqui estão são por demais evidentes. Há falhas totais da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha ao longo destes anos, desde dois mil e nove que se falava nessa construção, nunca foi feita uma fiscalização para verificar se estava a ser cumprido. São cinco anos! Depois reparo que no alvará, em mil novecentos e noventa e nove, a firma Caçador Pecuária, a dezanove de Novembro, pede para ser tratado, oito dias depois o assunto estava tratado e tinha autorização para o fazer. O documento nos condicionantes da utilização não fala que era obrigatório fazer-se a sebe arborea. Se analisarem com cuidado devemos dizer que a Câmara não cuidou dos interesses que eram manifestamente apresentados pela população, nomeadamente na Moita do Norte, porque eu não tenho dúvidas de o dizer aqui, hoje, o executivo esteve durante anos muito mal. Agora, as dúvidas continuam na sequência deste processo. Eu gostaria de mais uma vez dizer ao Senhor Presidente da Assembleia, sempre que uma proposta venha à Assembleia Municipal e que havendo um voto contra, pois fui obrigado a solicitar ao Vereador que votou contra as razões de tal, porque não acreditava que ele não estivesse a favor disso. Solicito que sempre que há declarações de voto as mesmas devem vir juntas aos assuntos para termos consciência daquilo que estamos a tratar.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Eu estou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de acordo com o que foi dito pelo Senhor Deputado Eduardo de Oliveira, porque esta situação não é nova. Tal como diz a carta o proprietário da Agropecuária «...vamos proceder com maior urgência á plantação de uma cortina arborea à volta da exploração numa tentativa de reduzir os odores característicos da atividade...». Parece-me que nem isto foi feito e como as datas foram referidas pelo Senhor Deputado Eduardo, isto foi decidido logo de seguida. Entretanto, há perguntas pelo meio das diversas bancadas, esta situação já tem muitos anos, o processo apresentado inventararia tudo e há um espaço de tempo que a Câmara se esquece completamente desta circunstância. Há uma Lei de dois mil e onze em que há determinados procedimentos que já deviam ter sido tomados e ninguém obrigou o proprietário a tomar providências. As fotografias apresentadas e assim como o relatório dá para perceber o que de fato aqui está. Devo dizer que todos os dias faço uma caminhada até à Barquinha e assim que chego ao alto, perto da passagem de nível nota-se logo. Só me admira como é que está situação se tem arrastado tanto tempo.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** - "Antes de mais, quero dizer sempre serviu a minha intervenção na última sessão da assembleia. Eu não conhecia o processo e passei a conhecer alguma parte quando li a documentação. Parece-me que há aqui várias contradições que sinceramente não percebo e a começar logo pelo indicado pela Agência Portuguesa do Ambiente quando informou no fax de seis de Outubro de dois mil e catorze que a licença estava caducada, olhando para esse fax não vejo em local nenhum dizer que estava caducada, diz que tem licença de Outubro de dois mil e treze e que foi pedida a renovação. A vinte e quatro de Outubro, no relatório de fiscalização da Câmara Municipal começa por ser dito que todas as licenças estão em ordem, portanto há aqui qualquer contradição e pelo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que me dá a perceber, não sou especialista em ambiente, a coima que foi aplicada pela GNR, foi leve, nada de muito grave. Questiono até que ponto a Câmara Municipal tem ou não tem poder para anular ou revogar uma licença de utilização. A questão é o que é que mudou desde dois mil e nove, porque olho para a documentação e em dois mil e nove não havia árvores, diz que vai fazer uma cortina de árvores, passado uma semana é emitida a licença. Os pressupostos são o que se passa hoje em dia, cinco anos depois é exatamente a mesma coisa, porque é que não foi nessa altura emitida uma licença provisória a qual seria depois cancelada no caso de não haver os pressupostos. A outra questão que já foi também aqui falada porque é que não vem a declaração de voto, porque também fiquei perplexo quando vi que o Vereador da minha cor política, votou contra, pensei que ele não deveria estar bom da cabeça neste dia. Quando me fazem chegar com a declaração de voto começa por dizer «... concordo que a mesma infraestrutura não pode continuar a laborar e desenvolver a atividade económica...». Perguntamos porque é que votou contra e só lendo a declaração de voto ficamos a saber o porquê de votar contra.” -----

= Intervenção do Senhora Deputada Paula Duarte – “Aquilo que vou referenciar é o mesmo, porque quem leu a documentação faz a mesma análise. Foi um processo de paragem no tempo, desde dois mil e nove até agora, porque já em dois mil e nove isto era um problema. Na página dois, ponto seis «...compulsado o processo administrativo, processo cento e quarenta e dois de oitenta e nove, verifica-se que a licença ambiental terminou em vinte e sete de Janeiro de dois mil e catorze, não tendo o Município rececionado até ao momento qualquer outra licença com validade jurídica...», desde Janeiro de dois mil e catorze até agora já passou algum tempo. Ponto número dez «...emissão com carácter de urgência da licença de utilização, que foi pedida em dois

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mil e nove para utilização de um segundo pavilhão de suinicultura, vamos proceder com maior urgência à plantação de uma cortina arborea à volta da exploração numa tentativa de reduzir os odores característicos da atividade em causa que aparentemente são causadores de algum impacto negativo junto da população...». Eles não devem morar cá!. Ponto treze «...outro sim, existem deficiências apontadas agora pela fiscalização...», o agora é o que me espanta, porque desde dois mil e nove até agora não houve uma fiscalização que não apontasse aquilo que em dois mil e nove fora prometido e não foi cumprido. Há aqui um processo que todo ele está bem documentado, bem fotografado, bem organizado, mas que já vem tarde.» -----

= **Intervenção do Senhor Deputado César Cardigos** – “A minha intervenção tem um sentido um pouco diferente de todas as vossas, e todos pensamos que o assunto é demasiado importante. Estive em dois mil e nove a fazer algo por isto, estava na Assembleia de Freguesia. Neste momento estou contente por aquilo que o Presidente da Câmara fez, tomou uma decisão, elaborou um documento e foi preciso coragem. Penso que devemos todos estar muito felizes ao ter um presidente assim, por resolver a situação, acho que é por aí que se deve passar e não pelo passado, dois mil e nove já lá vai. Parabéns Senhor Presidente.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “É só para fazer um ponto de ordem. Eu não tenho nada contra à defesa que se faça de alguém, as situações aqui são meramente políticas. O Senhor Presidente certamente louvará a ajuda do meu amigo (Deputado César Cardigos) que funcionou um pouco com anjo da guarda, mas sendo que isso também é uma forma de indireta de crítica de quem manifesta aqui algum desacordo ou faz uma crítica, sendo ela construtiva, pelo menos da minha parte não me revejo nisso, porque as palavras do anterior

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deputado pareciam que havia alguma perseguição a alguém. Estamos a relatar fatos que estão aqui nos papeis, dados pelo Senhor Presidente, nem era preciso essa defesa.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte:

“Esta história é muito mais complexa e vamos chamar as coisas pelos nomes, como gosto. Culpa total da Câmara Municipal, mentira, a responsabilidade de fiscalização compete à Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território. Em resposta à Senhora Deputada Paula Duarte, a licença ambiental terminou em Janeiro de dois mil e catorze, e a Agência Portuguesa do Ambiente não diz isso, sacode a água do capote. A Administração Central é culpada deste processo, não é a Câmara Municipal. Depois é pedido a renovação, mas eu tenho aqui emails da Administração Central a dizer que os pareceres caducaram todos. Mas estou obrigado ao dever de sigilo e este não se transmite a terceiros. É interessante perceber como é que depois de se desencadear este processo a Câmara Municipal, recebe a informação de uma coima ambiental aplicada que estava adormecida desde dois mil e onze. Em relação ao voto contra, a ata vai à próxima reunião de câmara para aprovar e depois será publicada onde o Senhor Deputado poderá consultar o voto do Senhor Vereador. A Lei obriga a que a acta tenha de ir à próxima reunião de câmara para aprovação e só depois publicitada e temos de cumprir a Lei.” -----

Dada a palavra novamente aos Senhores Deputados inscreveram os seguintes: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Eu continuo intrigado com o relatório da fiscalização, começa por dizer que as licenças estão todas em ordem, é algo que me faz muita confusão. Eu não faço um relatório de fiscalização começando por dizer que está tudo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em ordem e que a seguir vem alguém dizer que não está. Isto não tem nada contra o que foi feito pela Câmara Municipal obviamente, pois fui o primeiro que falei nisto na última sessão da Assembleia, e acho que encerrar aquela atividade é uma decisão perfeitamente correta. A minha questão é até que ponto a Câmara está salvaguardada neste processo, porque olhando para aqui vejo que houve uma mudança de proprietário, eu não sei se isto não terá a ver alguma coisa com o assunto.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia** – Com o primeiro proprietário vieram técnicos de Bruxelas para apreciar como experiência piloto a instalação. Quando mudou de proprietário é que isto começou a descambar.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “Eu sei que não têm nada contra a Câmara Municipal. Mas de fato este é um problema complexo a que devemos dar muita atenção. Não é por acaso que vou dar de audiência prévia trinta dias. Há uma intenção de revogação, não foi revogada. O que dizem os jornais não é o que está na respetiva deliberação. Há uma licença ambiental que caducou. Há normas legais que não estão a ser cumpridas. Os tribunais deverão decidir se posso revogar ou não. Mas tenho de fazer alguma coisa. Por último, a questão essencial que o meu ilustre Deputado João Filipe Ricardo levantou é uma questão pertinente. E o que nós temos de saber é o que andam a legislar sobre isto. Ora, o Decreto Lei número cento e sessenta e cinco de dois mil e catorze de cinco de Novembro «...refere que o regime excecional e transitório considerando-se essencial criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização de explorações pecuárias, suinícolas e outras unidades produtivas que não dispõem de título de exploração válido ou estão impossibilitados de proceder à sua alteração ou ampliação...» ou seja, também o governo está a legislar e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

provavelmente vão surgir mais dificuldades.” -----

Dada novamente a palavra aos Senhores Deputados expuseram o seguinte: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Sobre este assunto espero que as coisas tomem caminho. Agora a resposta do Senhor Presidente, e antes de responder à sua última intervenção, na sua nota introdutória fala que a Câmara não tem responsabilidade, as coisas não são assim. É normal que as pessoas quando sentem o cheiro se dirijam à Junta de Freguesia, mas que há alguma omissão há, o processo não foi devidamente acompanhado e não se tomaram as medidas que agora estão a ser tomadas.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “O fundamental está dito, mas só por curiosidade, o Jornal da Câmara traz a notícia e é engraçado que até a afirmação de um Deputado o toma como dele, efetivamente foi um cidadão que levantou a questão na Assembleia Municipal. A pouco esqueci-me de dizer isto, mas isto também é importante nós sabermos como é que as pessoas são tratadas no concelho.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia entrevistou e referiu o seguinte: ---

“Das intervenções de todos são tomadas nota, agora que podem ter um tratamento e que outras não têm... São coisas que se dizem e ficam registadas, não mais que isso.” -----

Dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara afirmou o seguinte: -----

“É só para ficar esclarecido acerca das culpas da Câmara. O único ato que há aqui é um ato de não vigilância em relação à cortina arborea, do resto mais nada é da responsabilidade da Câmara. A única culpa da Câmara foi não ter acompanhado, nomeadamente, a promessa por parte do promotor de fazer a cortina arborea.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto Cinco – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente aos acordos de execução de competências - alterações. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto número cinco. -----

“Em relação a este ponto, tenho a dizer que se relaciona com o acabamento dos espaços verdes em algumas freguesias como a conclusão do Jardim da Boucinha, do Jardim da Encosta da Capela da Atalaia e do Jardim da Nora na Moita do Norte. Este último por Administração direta. Importa que agora sejam geridos e administrados pelas Juntas de Freguesia por uma questão de proximidade e ser convicção desta Câmara que as Freguesias garantem uma prestação de serviços de qualidade. Nessa sequência, entendemos alterar as cláusulas dos contratos de execução, que vieram a esta Assembleia, no sentido de dotar com reforço de verbas as respetivas Juntas de Freguesia para estas novas competências.” -----

Para intervir neste ponto inscreveu-se o Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Há pouco tempo estiveram para autorização os protocolos nesta Assembleia Municipal, os quais foram aprovados, questiono se houve alguma derrapagem nas obras, reforço de verbas, para que tenham de ser alteradas.” -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado do seguinte: -----

“São jardins novos que terminaram os períodos de garantia e após isto alguém tem que fazer a sua manutenção.” -----

Tendo sido colocada à votação a proposta de Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente aos acordos de execução de competências - alterações, esta foi aprovada por

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

unanimidade com 19 votos favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS José Chambel, Inocêncio Cruz, César Barros Cardigos, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem, Manuel Honório e Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

----- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto Seis – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à revogação de norma regulamentar por Inconstitucionalidade do artº 41º do RMUE. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o ponto número seis. -----

“Esta proposta diz respeito à revogação de uma norma regulamentar por inconstitucionalidade já suscitada em vários processos do qual faço referência no início da proposta de deliberação. Embora não nos vincule tudo indica que estes processos irão ser desfavoráveis à Câmara Municipal e importa, por uma situação económica, alterar a norma. O que está em causa aqui é a autorização municipal para a instalação de antenas de telecomunicação que tem a validade máxima de dois anos, podendo ser renovadas por iguais períodos. Nos vários processos que estão a decorrer nos tribunais administrativos, todos os meritíssimos juízes estão a levantar a hipótese desta norma ser inconstitucional. Certo é que nos termos do artigo setenta e três do Código dos processos tribunais administrativos a aplicação da referida norma tem efeitos restritos aos processos judiciais em curso, só que a teoria das cautelas obriga-nos, e por uma questão de prudência, que a revogemos e que deixe de estar em vigor na nossa ordem jurídica. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para intervir neste ponto inscreveram-se os seguintes Deputados: --

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “As consequências em relação aos processos em curso, em que alguns têm um valor elevado, será que a Câmara vai ter que arcar ou consegue ultrapassar isto. Em treze de Outubro, dizia que este regulamento deveria ser sujeito a inquérito público e esteve?” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Acaba por ser só o ponto três do artigo trinta e seis que deve ser retirado.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para referir o seguinte: -----

“Esclarecendo o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira, as normas de inquérito público são aquelas que são criadas de ex-novo e que podem prever alguma sanção ou algum comportamento inovador, o que não é o caso. O que estamos a fazer é retirar uma norma do regulamento jurídico, logo não há inquérito público.” -----

Tendo sido colocada à votação a proposta da Câmara Municipal relativa à revogação de norma regulamentar por Inconstitucionalidade do artº 41º do RMUE, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS, José Chambel, Inocêncio Cruz, César Barros Cardigos, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem, Manuel Honório e Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

----- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto Sete - Apreciação e votação da proposta da Câmara

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal referente ao Mapa de Pessoal para 2015. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o referido ponto. -----

“O erro que aparece no mapa de pessoal é resultado do somatório que foi feito em mapa excel. Se contarmos os técnicos superiores, não são quinze, são dezasseis. Este é o mapa de pessoal. Quero dizer a esta assembleia que, e também como vinha do antecedente, estamos a cumprir os critérios de redução na administração pública. Cumprimos também aquilo que nos impõe o orçamento de dois mil e catorze. Dizer também que a norma do orçamento que previa a redução de dois por cento, foi cumprida.” -----

Tendo sido colocada à votação a proposta da Câmara Municipal relativa ao Mapa de Pessoal para 2015, esta foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS, José Chambel, Inocêncio Cruz, César Barros Cardigos, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem, Manuel Honório e Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

----- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto Oito – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o pedido de ratificação da deliberação que consta do ponto nº2 da Ata da Assembleia geral da RESITEJO, que fixa o critério a aplicar no âmbito do determinado na alínea b) do número 1 do artº 54º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o referido ponto. -----

“Isto diz respeito a uma norma que foi introduzida na Lei das Finanças Locais. Estamos aqui a trazer também um assunto ex-novo e é essencialmente a imputação no endividamento das autarquias locais, também no nosso Município, das chamadas Associações de participação no Município, como é o caso da Resitejo. Eu tenho aqui para consulta, porque a Deputada Paula tinha pedido, nomeadamente a questão do orçamento e da demonstração dos resultados do ano anterior e na próxima sessão mostrarei os documentos de dois mil e catorze e dois mil e quinze da Resitejo, para que os Senhores Deputado fiquem cientes daquilo que são as nossas participações nestes tipos de associações. O que aqui vem é referente ao endividamento com as despesas de funcionamento. Havia dúvidas quanto a esta questão. Os Senhores têm na vossa posse dois pareceres jurídicos. Quanto à questão da competência esta é da Assembleia Geral da Resitejo, ratificada pela Assembleia Municipal de cada Município. Entendemos, pelas vias de cautela e validade jurídica, vimos a esta Assembleia ratificar aquilo que foi deliberado por unanimidade na Assembleia da Resitejo e pelos representantes dos Municípios que a compõem.” -----

Para intervir neste ponto inscreveram-se os seguintes Deputados: --

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “De fato o que o Senhor Presidente está a dizer é pena não ter em no nosso poder, porque nós até tínhamos aqui uma declaração de voto (**vide anexo 6**). Também reconhecemos que o Senhor Presidente esteve atento às preces da minha camarada de bancada feitas na anterior reunião e segundo diz o Senhor Presidente já tem alguns documentos que se podem consultar.” -----=

Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “ A Resitejo é várias vezes aqui citada e sempre com algumas dúvidas sobre como e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porquê. Em relação a esta situação só gostaria de saber porque falta aqui certamente uma página, com a lista dos presentes que tomaram esta deliberação. Questiono se estiveram todos presentes para esta deliberação ser tomada por unanimidade. Na minha opinião e para mim faz sentido, na medida em que se houve algum Município que não esteve presente pode estar desobrigado ou sentir-se desobrigado desta situação.” -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** - “Um agradecimento em primeiro lugar pela sua atenção ao meu pedido. Contudo há alguns pontos muito importantes que já foram aqui esclarecidos pela nossa declaração de voto pois há uma dívida de quinze milhões e seiscentos mil para repartir pelas Câmaras o que não é coisa pouca. É imperativo ter conhecimento dos fatos sobre as contas da Resitejo, como vamos ter e há aqui algo muito importante, é que nós não vamos votar contra um pressuposto que é de Lei, vamos votar contra o ponto em si, mas sim o de estarmos a votar numa coisa que desconhecemos. As assembleias não foram ouvidas para a contração da dívida, mas vão ser ouvidas agora para assumir o pagamento da mesma e é isso que nos faz ter algumas reservas e votar contra.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente para esclarecer os Senhores Deputados do seguinte: -----

“A questão é pertinente, posso dizer que esta é uma preocupação que levou os Presidentes das Câmaras a que se deslocassem per si à Resitejo, pois tem a ver com a questão do endividamento para os Municípios. Foi por unanimidade de todos os sócios presentes nessa Assembleia. Não tem a ver com a dívida da Resitejo, esta tem muito património, tem algum endividamento e há muitos particulares interessados no negócio do lixo. O que está aqui em causa são as despesas de funcionamento e não da dívida. O que se está a deliberar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi apurada pela Assembleia Geral e é referente às despesas de funcionamento da Resitejo. Depois, conforme a respectiva percentagem da quota de cada Município é imputável o endividamento a cada um as despesas de funcionamento.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para expor o seguinte: -----

“Nós temos aqui um problema com o desfasamento da apresentação das contas que a Resitejo é obrigada a apresentar pois não coincidem com a apresentação do nosso plano de actividades e orçamento que é em Outubro. Temos que perceber isto pois quando se pedem determinados elementos a Camara não os tem. Neste desfasamento onde nós temos de apreciar e votar o nosso orçamento e plano de actividades em Outubro e eles têm de o apresentar até trinta e um de Dezembro, assim a nossa informação não é completa.” -----

Dada novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referiu o seguinte: -----

“De fato é isso. Só para informar o último orçamento de demonstração de resultados do ano passdo, tem data de vinte seis Dezembro de dois mil e treze.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – Mantemos a declaração de voto, nós discutimos um pouco sobre isto, mas gostamos de perceber melhor as coisas.” -----

Tendo sido colocada à votação a proposta da Câmara Municipal sobre o pedido de ratificação da deliberação que consta do ponto nº2 da Ata da Assembleia geral da RESITEJO, que fixa o critério a aplicar no âmbito do determinado na alínea b) do número 1 do artº 54º da Lei 73/2013 de 3 de Setembro, esta foi aprovada por maioria com 2 votos contra dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e 17 votos a favor dos Senhores

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS, José Chambel, Inocêncio Cruz, César Barros Cardigos, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem, Manuel Honório e Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

----- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----///-----

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia propôs um intervalo de dez minutos. -----

-----///-----

Ponto Nove – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de abono de despesas de representação à Dirigente Intermédio de 2º grau. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o referido ponto. -----

“Este assunto é referente ao abono de despesas de representação à Dirigente Intermédio de segundo grau, Chefe de Divisão. Este assunto também já veio a esta Assembleia, havia dúvidas interpretativas quanto à competência e que neste momento é clara. Em dois mil e doze veio a esta Assembleia a mesma situação com cinco chefes de divisão e vem agora com uma única chefe de divisão. Este ponto é da competência da Assembleia autorização” -----

Para intervir inscreveram-se os seguintes deputados: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Aqui está um assunto simples mas de certo modo complicado, isto até depois de ouvir as palavras do Senhor Presidente quando há pouco falava das dificuldades financeiras da Câmara, nomeadamente quando falou da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situação dos diversos pagamentos que a Câmara não contava e este é um daqueles pagamentos que não são necessários. Esta despesa de representação que estamos aqui a analisar trata-se no fundo é de um complemento de vencimento. Não tenhamos dúvidas, porque a representação da Chefe de Divisão não tem grande significado, tendo até em atenção a que se destina. Em catorze de Dezembro de dois mil e doze já a generalidade da Assembleia nessa altura se dividiu, se deveria ou não votar favoravelmente o pagamento destas despesas, mas isto é como em todo o lado. Quando se está na oposição somos capazes de dizer não, mudamos para outro campo e dizemos sim, isto passou-se como todos sabem há dias em Tomar, os defensores do não pagamento de despesas de representação até há um ano foram aqueles que agora de imediato as vieram impor. Esta é a realidade. Eu de acordo com as dificuldades que a Câmara diz ter, nós poderíamos reduzir as despesas da Câmara nomeadamente em termos de pessoal significativamente. Como vocês sabem, as minhas posições ao longo dos anos sempre foram essas. Eu nunca me esqueço que a primeira vez que tive na Assembleia Municipal havia um Presidente e um Vereador e foi o Senhor Presidente Miguel Pombeiro que criou o segundo Vereador a tempo inteiro e hoje temos o Presidente e os Vereadores que temos a criarem despesas à Câmara. A situação na altura é que havia muito trabalho, tudo isto para dizer que é uma situação complicada, mas que no fundo vai ser aprovada.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – “Eu não vou fazer o contrário aquilo que foi em dois mil e doze que votei contra, mantenho os meus argumentos e vou votar contra em dois mil e catorze. Não tenho nada contra a pessoa, mas tenho contra a despesa de representação, sou pelas ajudas de custo, não sou tanto pelas despesas de representação. Não sei até que ponto as despesas de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

representação não serão como um complemento, mas isso é uma especulação que posso estar a fazer sobre este assunto, mas por várias razões e por tudo aquilo que tem acontecido aos funcionários da Administração Pública, acho que não é de todo importante haver despesas de representação mas sim ajudas de custo.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe** – “Sobre esta matéria seria interessante saber qual é a opinião da Câmara sobre esta matéria, além de já ter a minha opinião. -----

O Senhor Presidente da Assembleia leu a deliberação da reunião da Câmara Municipal e a qual foi aprovada por unanimidade. -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Manuel Cardoso** – “A senhora quando se desloca tem direito a ajudas de custo? Se não tem só vai ter os cento e noventa euros para as suas despesas. Estou esclarecido.” ----

= **Intervenção do Senhor Deputado Vitorino Monteiro** – “Eu subscrevo as palavras do Senhor Deputado Inocêncio Cruz.” -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----

“Esta é uma competência da Assembleia Municipal. É importante esclarecer que a Senhora vai muitas vezes à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, nomeadamente face à nova envolvência que existe nos Fundos Comunitários e fica a minha garantia que não existirá ajudas de custos para a Chefe de Divisão.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Estas situações são sempre polémicas, mas isto não é chegar aqui e corta-se a direito, isto é bom para os comunistas. Nós se podermos ter alguma informação, porque atrás de cada situação há uma situação, há um funcionário que por determinadas razões pode ter necessidade, até pode ser um suplemento. Há pessoas no poder central que está a lavar as mãos como pilatos, pois em termos de incumbências estão a passa-las

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a assembleia.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “Concordo com a posição do deputado João Filipe, pois de fato esta situação devia ser em termos legais do poder executivo, da Câmara Municipal, pois é ela que de fato consegue avaliar até que ponto há mérito e direito a uma compensação monetária.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “quer explicar um pouco melhor porque é que entende que é de mérito. Não estamos aqui a classificar a atuação funcional do funcionário.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “Objetivamente as coisas não estão desligadas do mérito do funcionário, pois como o Senhor Deputado sabe em termos de amputação de direitos remuneratórios, mais do que nunca houve um corte significativo. A questão que se coloca aqui é aquilo que conseguimos definir como retribuição permanente ou não permanente. Eu posso dizer que a Chefe de Divisão vai à reunião da CCDR em Lisboa, provavelmente terá que almoçar e por aí adiante. Não queria ir muito mais adiante, daí a minha posição a dizer que isto devia ser em termos de competência, ser da Câmara Municipal.” -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** – “As conversas são como as cerejas, o que me está a parecer aqui é, e esclareça-me este ponto. Esta Senhora tem algumas despesas nas suas deslocações à Comunidade Intermunicipal e por estas despesas que vai ter não vai auferir ajudas de custo. Estamos aqui a falar de uma despesa de representação que parece que vem colmatar uma falta de algo que deveria ter e que não tem. Parece que estamos a tapar uma coisa com outra, há aqui uma questão mais profunda, se ela de fato deveria ter direito às ajudas de custo, não deveríamos estar aqui a falar de despesas de representação.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Esta situação trouxe-nos outras dúvidas, cada caso é um caso e face à situação e ao que foi dito, eu pessoalmente irei votar a favor desta situação, mas também sinto que os trabalhadores nesse campo perderam algumas regalias ou abonos que existia deixaram de ter.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia** – “Senhor Presidente quanto é o montante que estamos a falar? Teve como resposta de cento e noventa e oito euros.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Só uma pequena questão, como está em causa apenas uma despesa de representação para apenas um Chefe de Divisão e como está o nome da pessoa iria sugerir que fosse voto secreto. É só uma sugestão.”-----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia** – “Não pensei nisso, porque não é a pessoa em si que está em causa, mas sim a função que desempenha. Eu percebo isso e tem todo o direito de solicitar voto secreto. Eu também fui delegado sindical e uma das coisas que sempre que debati foi nunca querer subsídios de nada, mas sempre pelo vencimento justo para a função que desempenhava. Nunca consegui isso porque nem mesmo entre os trabalhadores que representava consegui vencer essa ideia. O problema que estamos aqui a falar é de uma função no quadro e do quadro superior. Enquanto um funcionário normal para se deslocar tem de pedir autorização ou é mandado ou lhe é dito para ir, pressupõem-se que tem direito às ajudas de custo porque vai fazer uma função que lhe foi determinada. Neste quadro não tem essa necessidade, ele tem autonomia e isso liberta-o da possibilidade de ter direito a essas ajudas de custo. Por conseguinte está aqui uma determinada lógica que temos de pensar. -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Esta conversa tem interesse, o princípio dos abonos e das ajudas de custo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não era no sentido de ser um suplemento remuneratório.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “está vedado a este tipo de funcionário as ajudas de custo, por lei? Não está! Se não está vedado aos funcionários desta função as ajudas de custo e se ele for em representação do Município a uma qualquer reunião fora do seu local de trabalho ele pode ser remunerado com as ajudas de custo.” -----

O Senhor Presidente da Mesa tendo em conta a proposta do Senhor Deputado Nuno Gomes colocou à aprovação dos Senhores Deputados a votação secreta. Esta proposta não foi aprovada, tendo unicamente um voto a favor do Senhor Deputado Nuno Gomes. -----

-----///

Tendo sido colocada à votação a proposta da Câmara Municipal sobre o pedido de Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de abono de despesas de representação à Dirigente Intermédio de 2º grau, esta foi aprovada por maioria com 4 votos contra dos Senhores Deputados Inocêncio Cruz, César Cardigos, Vitorino Monteiro e João Machado do PS, 3 abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD e 12 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS, José Chambel, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório e Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

----- Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

-----///

Ponto Dez – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente à 1ª Revisão orçamental de 2014 nos termos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Ponto 8.3.1. do POCAL. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o referido ponto. -----

“É a primeira revisão ao orçamento que após o apuramento do saldo da gerência anterior e a votação da prestação de contas do ano de dois mil e treze, pelo órgão deliberativo, o saldo da gerência pode ser utilizado resultando daí uma revisão orçamental nos termos do POCAL, que deve respeitar o princípio do equilíbrio. O que está em causa é a transição do saldo de gerência.” -----

Tendo sido colocada à votação a proposta da Câmara Municipal referente à 1ª Revisão orçamental de 2014 nos termos do Ponto 8.3.1. do POCAL, esta foi aprovada por unanimidade 19 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS, e José Chambel, Inocência Cruz, César Barros Cardigos, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem, Manuel Honório e Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto Onze – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente aos documentos previsionais de gestão para 2015. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o referido ponto. -----

“Como sabem por imperativos legais o orçamento teve que ser elaborado até trinta e um de Outubro e a Lei das Finanças Locais obriga-nos a que tenhamos de cumprir antes de conhecer o Orçamento Geral do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estado. Eu penso que todos devemos registar que não é em termos legais ou em termos de oportunidade que deveríamos conhecer primeiro o Orçamento Geral do Estado. Não foi assim que entendeu o legislador. Temos que respeitar, mas quero que fique registado. O Orçamento de Vila Nova da Barquinha para dois mil e quinze tem uma redução de onze mil zero quarenta e dois duzentos e trinta e cinco, indo este orçamento para nove milhões, quinhentos e nove, quinhentos e três conforme consta nos documentos que estão presentes. Explica as condicionantes legais que temos nomeadamente da Lei dos Compromissos, dos cabimentos prévios e a conjuntura económica. Representa a diminuição significativa face a dois mil e catorze. Tentamos procurar reduzir a dívida e imprimir algum rigor no âmbito do próprio Município, num cenário macro-económico complexo e tem várias apostas discutíveis e não discutíveis, nomeadamente em áreas sociais, turísticas, de investimentos, de impostos, de criação de emprego, da própria execução orçamental, da não inflação de determinados itens, como exemplo a venda de propriedades que diminuíram face ao ano anterior. Por último, dizer que segundo o que está no respetivo mapa anexo, estamos a pagar dentro de limites perfeitamente muito bons com algum esforço e entrega, e temos capacidade de endividamento. Não está calculada a que vem da Resitejo, mas que também é residual. A receita vem essencialmente dos impostos diretos e do IMI. Aprovamos zero vírgula trinta e dois por cento quando os concelhos vizinhos têm o IMI mais significativos. Isentamos a derrama, a devolução de zero vírgula cinco por cento de IRS. Temos a perspetiva de venda de alguns lotes e é com muito agrado que esta semana tive alguns contatos de empresários para fazer aquisição de lotes do Centro de Negócios, que poderá dar uma nova abertura. Temos as despesas com pessoal, em trinta e um sessenta e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cinco por cento. Temos alguns juros e encargos para pagar. É este o orçamento possível dentro da conjuntura económica.” -----

Foi dada a palavras aos Senhores Deputados: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “O Senhor Presidente há pouco referiu que a ata referente ao ponto quatro não foi aprovada em minuta por isso não vem a declaração de voto do Vereador. Este orçamento foi aprovado em vinte e nove de Outubro de dois mil e catorze, o Vereador votou contra e continua sem vir a declaração de voto, parece que continuam a não vir as declarações de voto que eram úteis. -----

A derrama está prevista para dez mil euros, e a minha questão é se isto será eventualmente a derrama do ano anterior, fiquei sem perceber isso. Em relação aos terrenos da Zona Industrial e das vendas de capital ainda bem que o Senhor Presidente admitiu agora aquilo que me justificou injustificadamente há um ano atrás, quando mencionou que havia negócios, havia fundos comunitários e portanto aquele um milhão, cento e setenta mil euros para venda de terrenos e de lotes era perfeitamente plausível. Agora passamos para quatrocentos e noventa mil euros parece que mesmo assim a receita está inflacionada. -----

Em relação ao IMI de dois mil e catorze para dois mil e quinze queixamo-nos dos impostos aos cidadãos, mas afinal a Câmara Municipal também beneficia disto porque temos aqui cerca de cem mil euros a mais do que no ano passado, para este ano. -----

Gostava de saber em relação ao Parque de Negócios, apenas vi uma referência, se não há orçamento, se não há valor previsto, para o referido parque. -----

Relativamente ao orçamento e às transferências que vêm do estado estamos todos sujeitos a mais impostos, somos todos trabalhadores e pagantes de impostos como bons cidadãos, mas a Câmara em dois mil e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

catorze teve dois milhões de euros, não chegando a três milhões de euros de transferências do estado e este ano tem mais cerca de cento e cinquenta e cinco mil euros. Mesmo justificando que temos de pagar quarenta mil euros ao FAM, ainda ficam cento e quinze mil euros a mais. Na realidade a Câmara a única coisa que falta aqui deduzir e não encontrei como são várias rubricas, mas não me parece que chegue aos cento e quinze mil euros que é a questão que o Senhor Presidente refere no relatório de verificar as despesas de saúde, como antigamente eram várias rubricas e agora é só uma, não consegui somá-las todas. Parece que se fala muito, mas na realidade a Câmara acaba por ter alguma vantagem em termos dos impostos a nível nacional e a nível do poder central. Do meu lado que tento sempre realçar os lados quer positivo quer negativo, realçar também o esforço da Câmara em diminuir a dívida o que me parece saudável.” -**O Senhor Presidente da Câmara solicitou aos Senhores Deputados que quando levantassem questões fizessem referência ao número da página do assunto a questionar.** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Derrama está na receita, na página um/dezasseis. IMI está na mesma página da derrama. -----

Os outros assuntos estão na página onze do relatório de apresentação das Grandes Opções do Plano. -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** – “Gostaria de começar por dois pontos extremamente positivos que são, o envio bastante antecipado da documentação para nosso estudo e o envio da ficha da DGAL do Município, Setembro de dois mil e catorze, pedido que foi feito pela CDU há um ano atrás e que foi entregue agora e que gostaríamos que continuassem a mandar sempre que possível. -----
Relativamente aos documentos em questão e acerca do Orçamento e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

das Grandes Opções do Plano, nós tínhamos preparado aqui uma intervenção que acabou por se tornar numa declaração de voto que justifica a decisão da nossa votação. – **(Vide anexo 7)**. -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Sobre estes documentos parte do que pretendia dizer está dito, julgo que não se justifica voltar a tratar desses assuntos. No entanto, tenho aqui só algumas dúvidas simples que rapidamente serão esclarecidas. -----

Nas receitas está aqui envolvida uma verba nas transferencias correntes de trezentos mil euros de dinamização turística (página 2/16). Gostaria de saber se esta verba está garantida e a que se destina. -----

Em relação às despesas gostava de saber o encargo das instalações trezentos e trinta mil euros (página 6/16) a que correspondem. -----

Não posso deixar de referir o elevado valor das verbas para instituições sem fins lucrativos e outras que atingem cerca de duzentos mil euros (página 7/16) e porque é que não vem junto a isto a razão dos cento e setenta e cinco mil euros para protocolos, para saber efetivamente, embora venha mencionado na próxima conta de gerência e espero bem que venha a justificação desses mesmos protocolos. -----

Apraz-me registar no decorrer do documento as afirmações feitas da necessidade do rigor de gestão, da necessidade da redução da dívida, da consolidação da despesa, julgo que isso é muito importante.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “É uma questão que tem a ver com o endividamento, com a palavra. O que é certo é que atrás com a palavra, com a questão da dívida a nível nacional, a nível local, a dívida no fundo que anda na “boca de toda a gente” pois a situação do país não é boa. O que é certo é que por causa desse estigma ou dessa realidade, continuam-se a atacar as instituições, a reduzir salários, a atacar o poder local democrático e neste momento de fato o que vai estar e surgir por detrás é uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tentativa certamente que a curto médio prazo de destruição e até do acabar com algumas Autarquias. Neste momento já temos freguesias que são meros órgãos decorativos, nem um projeto podem fazer e quando o fazem muitas vezes “valha-me Deus” é uma grande dificuldade e qualquer dia estaremos também com problemas a nível das próprias Câmaras. As Câmaras de há uns anos a esta parte são Câmaras que se limitam a gerir dinheiros que vem dos fundos comunitários quando estes acabarem estou convencido que este país são mais as Câmaras que fecham e é mais uma porta que se abre ao abandono do interior e ao abandono das pessoas. Tendo em conta esta circunstância eu acho que a tutela, que os Presidentes de Câmara, que os próprios órgãos autárquicos deviam combater e fazer perceber ao Poder Central que grande parte do que se fez bem feito neste país se deve a muitas Câmaras e ao Poder Local. Este país não era o mesmo sem o Poder Local Democrático que existe e neste momento com a asfixia financeira das Autarquias, nós qualquer dias corremos o risco, e depois há as incongruências como a do Senhor Presidente da Câmara, estar a dar carros. Quando votamos e dizemos que o Partido Socialista apresenta umas moções e aprovamos todos sobre a situação de saúde, de repente o Senhor Presidente sente-se na obrigação de comprar um carro para os doutores e enfermeiros e outro para levar as pessoas, o que quanto a mim não é correto. A Direção Geral de Saúde é que devia dar resposta a essas situações.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – “Em relação a este orçamento toda a gente viu que ele decresceu quer em termos de receitas, quer em termos de despesas. Se até algum tempo a esta parte dizia-se que todos os orçamentos eram inflacionados, agora que ele desce e cai à realidade as coisas já não se vem nesse prisma. Eu acho que este orçamento está cada vez mais real, independentemente desta

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

realidade, de algumas vezes não me agradar. Congratulo-me que nas vertentes em que ele está a ir, sobretudo na educação, sobretudo também na área do turismo, nos investimentos que se estão a fazer nessa área. Precisamos é depois dar o salto, deixar de fazer as coisas concretas para passar às grandes políticas e às grandes orientações para o turismo, mas sobretudo na consolidação orçamental. Neste aspeto, não sou contabilista, não sou economista, mas daquilo que li e que tentei tirar deste orçamento é para aí que caminhamos. Há um grande cuidado e grandes cautelas, sobretudo nalguns investimentos, que só irão ser feitos se houver participação e acho que isso é uma grande cautela, estarmos a alertar para a situação. Eu acho que esta verdade é importante para sabermos com o que contamos, porque se retirarem tudo, amanhã quando fizermos a avaliação deste orçamento, vão dizer que não fizeram o que prometeram e depois aí está a resposta, não fizemos porque nos foi tirado. Eu também concordo com o Deputado João Filipe e quase que o estava a ver aqui na bancada do Partido Socialista, na defesa do Poder Autárquico do qual também sou defensor. É verdade que o Poder Autárquico tem de começar a “fincar mais o pé” pois também acho que estamos muito parados. Aquilo que eu penso sobretudo de realçar e já no tempo da última Câmara o Miguel Pombeiro dizia que o tempo do investimento tinha sido, e que agora teria de ser a amortização desse investimento e não estamos a fugir disso, mas o que temos de realçar é sobretudo na área da educação, na área do social, - o social cabe tudo, - é verdade, mas se não for o Poder Autárquico a apoiar o social o Poder Central já fechou a porta, já não vai lá. Dizer que a Câmara comprou uma carrinha para os médicos e para os utentes, mas se a resposta não fosse dada pela Câmara Municipal para essas pessoas virem ao médico não era o Poder Central que ia fazer isso, porque este fechou a porta. Senhor Deputado João

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Filipe vai-me dizer que isso já vem do Partido Socialista, é verdade, já discutismo isso, temos que dar a mão à palmatória, há muitos erros que vem de trás, agora queremos emendar e estamos sempre a tempo, esperemos que quando o partido Socialista estiver no Governo para o ano, isso possa vir a acontecer. Eu acho que está na mão do executivo se há uma consolidação orçamental prevista, ela tem de existir mesmo, e aí está o grande desafio do executivo. E daqui a um ano se estou a apoiar o orçamento hoje, daqui a um ano se ela não acontecer o Senhor Presidente vai-me ter aqui a falar. Na minha opinião a Câmara não deve parar com os investimentos que teve, com a dívida que teve que está a diminuí-la, vai continuar a trabalhar, tem focos determinados onde quer atuar e acho que isso é importante.” -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de esclarecer os Senhores Deputados. -----

“Em relação à declaração de voto e, respondendo ao Senhor Deputado Nuno Gomes, referiu que o Senhor Deputado Eduardo de Oliveira quando era Vereador muitas vezes me disse para que as atas constassem no site da Câmara. Eu tenho aqui a declaração de voto do Senhor Vereador, on line. -----

Em relação à derrama como sabe isentamos em dois mil e quinze, durante o ano dois mil e catorze temos de receber cerca de dez mil euros, expectativa jurídica, previsão de dez mil euros de derrama em dois mil e quinze. -----

Quanto à venda dos terrenos está no próprio documento. O Presidente da Câmara e o executivo, reconhece que de fato está inflacionado, assumo isso e mais que isso junto um mapa de respetivo loteamento, quais são os lotes de perspectiva de venda. Pode haver oportunidade de negócio, estamos a falar de um documento previsional, essa é uma mera expectativa jurídica. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Em relação ao IMI é um fato, vamos aumentar as receitas de IMI. Até pela questão da chamada cláusula de salvaguarda. Havia a expectativa que quando fizemos o orçamento em Outubro de uma previsão de aumento para quinhentos e trinta e seis mil euros. -----

Relativamente ao Parque de Negócios eu presumo que esteja a falar do CDN. Como o Senhor Deputado sabe o orçamento virá em Março, só até final do mês de Dezembro é que temos de aprovar as contas. Depois há-de vir em Março em termos legais. Depois de ir à Câmara daremos conhecimento à Assembleia como demos nos anos anteriores. É isso que diz a Lei. -----

-----///

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara para propôr o prolongamento da sessão até ao término da ordem de Trabalhos. Foi aprovado por maioria com um voto contra do Senhor Eduardo de Oliveira. -----

-----///

Continuação da Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.-----

“Em relação ao orçamento limitado é o que temos. Aliás comecei por dizer que era um orçamento restritivo e daí também a nossa diminuição significativa de um milhão e quinhentos mil euros. O IMI pesa nos agregados familiares, mas posso dizer que somos a Câmara que temos o IMI mais baixo na nossa zona. Era importante fazer este estudo comparativo. Em relação à devolução de IRS, não há muita gente a devolver IRS. Nós também temos de criar receita de algum lado, provavelmente carregamos nalgumas taxas, mas quem está deste lado tenta fazer o melhor e com aquilo que é possível. -----

Em relação ao abastecimento de água é uma questão recorrente nesta assembleia, a questão da lusalite e do amianto é uma questão que tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a ver com a respiração, não tem a ver com o consumo da água humana. No apoio às coletividades a Câmara dá o que é possível. Eu gostaria de dar muito mais dinheiro às coletividades, devido à sua entrega, devido à sua participação, devido às forças vivas que fazem muito com pouco dinheiro. Mas é o orçamento que temos. Se há alguém que apoia, se há alguém que faz parte das coletividades, até fazendo parte dos órgãos sociais, sou eu e sei até que ponto as dificuldades que vivem e o tempo que dão à sociedade. -----

Na questão da educação já não concordo consigo. As transferências de competências vai muito mais além do que aquilo que temos neste momento. Só temos os assistentes operacionais que transitaram para o Município. A transferência de competências também permitiram fazer obras nas infraestruturas. -----

Em relação aos trezentos mil euros é um projeto do SUDOE (Programa de Cooperação Territorial). É um projeto que estamos a fazer, uma previsão de receita e por isso estamos a orçamentá-la em termos de fundos comunitários, é um projeto que temos como chefes de fila “Municípios do País Basco” Espanha. Na semana passada também estive reunido em Tomar no âmbito da Rota dos Templários que não tem nada a ver com este projeto. A questão que me está a colocar tem a ver com a dinamização turística nomeadamente no âmbito dos desportos, BTT onde estão inseridos alguns Municípios do País Basco em cooperação com Sardoal, Mação, Abrantes, Constância e Vila Nova da Barquinha. –Os projetos que são financiados têm de ser transnacionais, há grande probabilidade de o ser. Estamos a tentar negociar uma Rota Templária e que na semana passada tive reunido com Ponferrada e Monçon que são localidades com Castelos Templários, tal como Tomar e como Vila Nova da Barquinha. -----

-----Quanto á questão dos trezentos e vinte

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros de instalações estamos a falar da EDP. Aliás consultando o PAM pode ver-se isso. Os cento e setenta e cinco mil euros, protocolos, é a questão recorrente que no ano passado também cá veio nomeadamente em realizações de ações das Águas do Centro.” -----

Dada novamente a palavra aos Senhores Deputados referiram o seguinte: -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Eu percebi a insinuação do Senhor Presidente em relação à questão do IMI e até lhe posso adiantar mais, Constância vai praticar zero vírgula quatro por cento, o que me preocupa é no outro dia termos aprovado com dois votos nossos o que é mentira a Moção sobre o FAM e que tira uma verba significativa à Câmara e os socialistas votaram contra, ou pelo menos a maioria absteve-se, portanto isso também revela algumas contradições. Era importante que a Moção fosse aprovada e que fosse vincada aqui uma posição sobre isso, em relação ao FAM.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Uma questão que não tem interesse nenhum, mas que gostaria que ficasse registada. Este ano até agora recebemos já doze mil e oitocentos e dois euros de derrama. Parece-me que há muito menos atividade no corrente ano, o que é caso único, julgo eu, no orçamento, é uma previsão diminuta de dez mil, se neste momentos já temos doze mil e oitocentos. Agora queria fazer uma proposta, sobre a questão das declarações de voto, o Senhor Presidente diz que não é obrigatório, mas a minha proposta, Senhor Presidente da Assembleia, é que esta assembleia deliberasse que futuramente o executivo camarário, nos documentos que envia à Assembleia obrigatoriamente juntasse as declarações de voto, que acompanhassem os assuntos. É a minha proposta.” -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara – “Declarações de voto são todas em termos de atas e estamos em contenção em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fotocópias e outras coisas. Se eu tenho o cuidado de colocar on line as respetivas atas para consulta, se estamos a investir em termos informáticos, se estamos a pressionar os funcionários para que as coisas aconteçam, vocês vão-me perdoar mas acho que é estarmos a gastar dinheiros da fazenda pública. Eu não tenho problema nenhum em dar, não é isso que está em causa, mas acho que anexar as atas à informação é muito, mais despesa.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira – “Eu não pretendo as atas, consulto normalmente no site da Câmara, mas uma coisa é consultar o site, outra coisa estar a analisar um documento em que vou participar na votação, em que leio, porque só quero nas que há votação contra. Não quero todas, neste caso como hoje, seriam duas declarações de voto de um elemento.” -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – Eu não ia por esse lado do problema, o que parece que tem que ser apresentado a esta assembleia é a posição da Câmara, são dois órgãos completamente distintos. O que o Senhor está a pedir é declarações que a oposição apresenta na reunião de Câmara. A Lei prevê publicidade e todas as atas são públicas. Eu neste momento entendo que não há essa necessidade, mas isso é a minha opinião e a lógica é esta, porque o que vem à Assembleia é a posição da Câmara. Querem saber o que é que os vossos vereadores disseram, têm acesso a essa informação, tem acesso porque elas são públicas. Agora, qual é a utilidade de virem junto aos documentos. Como o Senhor sabe não houve só votos contra da sua bancada, Senhor Deputado Eduardo.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes – “Eu percebo, compreendo e não discuto, vai é contra a posição tomada pelo Senhor Presidente numa Assembleia anterior indicando que ia fazer chegar as declarações de voto a todos os membros da Assembleia.”-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “Terei muito gosto em fazer um download da declaração de voto e enviar por email, Senhor Deputado.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “Senhor Deputado João, eu acho que a CDU nesta Assembleia Municipal não se pode queixar muito do acordo com que a bancada do Partido Socialista tem estado com as propostas que a CDU tem apresentado.” -----

O Senhor Deputado Nuno Gomes apresentou uma declaração de voto. (vide anexo 8) -----

Tendo sido colocada à votação a proposta da Câmara Municipal referente aos documentos previsionais de gestão para 2015, esta foi aprovada por maioria com 3 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, 3 abstenções dos Senhores Deputados Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e 13 votos a favor dos Senhores José Chambel, Inocêncio Cruz, César Barros Cardigos, João Alves Gralha, Paulo Constantino, José Pereira de Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Benjamim Reis, João Fernando Machado, Miguel Homem, Manuel Honório e Rui Monteiro Picciochi do PS. -----

-----Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um bom fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal

(Rui Monteiro Picciochi)

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocência Rodrigues Cruz)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Lista de Expediente
Anexo 2	Informação n°8, de 28/10/2014 – Fundo de Apoio Municipal
Anexo 3	Intervenção apresentada pelos eleitos da CDU cujo tema é “Para salvar o presente, e salvaguardar o futuro, é urgente demitir este governo”
Anexo 4	Moção apresentada pelos eleitos da CDU cujo tema é “Sobre o Orçamento de Estado para 2015”
Anexo 5	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara
Anexo 6	Declaração de voto dos eleitos da CDU relativo ao Ponto 8 da Ordem de Trabalhos – Dívida da Resitejo
Anexo 7	Declaração de voto dos eleitos da CDU relativo ao Ponto 11 da Ordem de Trabalhos – Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2015
Anexo 8	Declaração de voto dos eleitos do PPD/PSD relativo ao Ponto 11 da Ordem de Trabalhos – Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2015